

Política

CONSTITUINTE

A PENNA DE MORTE, REJEITADA OUTRA VEZ.

A emenda de Amaral Netto foi rejeitada por 392 votos contra 90 e 18 abstenções

A Constituinte rejeitou ontem todas as emendas favoráveis à pena de morte, prisão perpétua, banimento, trabalhos forçados e confisco, dando ao inciso 23 do artigo 6º do Título II a seguinte redação: "Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento". E o terrorismo foi mantido entre os crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

O mais obstinado dos defensores da pena de morte, o deputado Amaral Netto, líder do PDS, repetiu seus argumentos, já conhecidos, sobre a eficácia do fator intimidativo da pena de morte e de sua conveniência para a segurança da sociedade, sendo refutado pelo deputado José Genoíno do PT, com o apoio do relator Bernardo Cabral.

A emenda de Amaral Netto, votada por 500 constituintes, foi rejeitada por 392 votos contra 90, com 18 abstenções.

Na sequência da apreciação das demais emendas, os constituintes João Menezes, Eliel Rodrigues e Luís Soyler não tiveram melhor sorte. Todas foram recusadas pelo plenário por esmagadora maioria de votos, inclusive a do deputado paulista Farabulini Junior (136 votos a favor, 282 contra e 17 abstenções), prevendo prisão perpétua para crimes de sequestro, roubo e estupro seguidos de morte, e tráfico de drogas.

E o Centrão conseguiu impedir a exclusão do terrorismo do elenco de crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, onde estão a tortura, o tráfico de drogas, a prática de racismo e os hediondos.

No primeiro confronto entre as forças do Centrão e as da esquerda em geral, os debates foram mais tensos e houve algumas discussões paralelas, nos corredores do plenário, principalmente entre os deputados Roberto Freire (PCB-PE), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP).

Em primeiro lugar, foi votada a emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que substituiu o texto do parágrafo 8º do Centrão pelo da Comissão de Sistematização. Mariz argumentou que a tortura é crime praticado pelo Estado contra o indivíduo, enquanto os outros crimes, inclusive o terrorismo, são praticados por pessoa comum contra pessoa comum. Não deviam ser misturados num mesmo dispositivo. Preferia optar por outra emenda, de José Tavares (PMDB-PR), colocando o terrorismo e os outros crimes num parágrafo à parte.

Gerson Peres (PDS-PA) e Gastone Righi (PTB-SP) defenderam a manutenção do texto do Centrão, alegando que a tortura não é apenas um crime do Estado e indivíduos também podem praticá-la. E o terrorismo tinha de ser incluído no mesmo elenco, porque "é mais hediondo que ela". "Na tortura — disse Righi — a vítima é ao menos um suspeito, enquanto no terrorismo a vítima quase sempre é inocente."

A emenda Mariz obteve 240 votos a favor, 279 contra e 6 abstenções. "O dispositivo do Centrão vai entrar na Constituição sem os 280 votos. É uma fraude política!" — protestou José Genoíno (PT-SP). Mas Ulysses Guimarães declarou rejeitada a emenda, como estabeleceu o regimento interno. O texto do Centrão já tinha sido aprovado, em bloco, como substitutivo ao Capítulo I, com a ressalva dos destaques. E estes, sim, é que precisam de 280 votos para modificá-los.

A seguir passou-se à emenda de José Genoíno, que pretendia excluir do texto do Centrão o crime de terrorismo. Ele chegou a despertar a atenção do plenário com uma explanação sobre a tortura, mostrando que é diferente do terrorismo. E Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) assinalou que o terrorismo é "crime muito subjetivo". O terrorista de hoje, segundo ele, se vitorioso, pode ser o herói de amanhã. "Há vários chefes de Estado que foram terroristas".

"Kadafi!" — gritou do plenário o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Estou pasmo!" — disse o líder do PFL, José Lourenço (BA). "Não posso entender o que ouvi, que estejam a defender um assassinio como o de Aldo Moro".

Mas o Centrão ganhou outra vez, rejeitando a emenda por 315 votos contra 191 e 20 abstenções.

Escuta telefônica
A Constituinte também aprovou emenda de autoria do deputado José Guedes (PMDB-RO) que permite a quebra do sigilo apenas nas comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual. A emenda foi aprovada por acordo das lideranças modificando propostas do Centrão, que permitia a quebra do sigilo de todos os tipos de comunicação para possibilitar o desvendamento de crimes.

Os constituintes decidiram, ainda, que os civilmente identificados, ou seja, os portadores de Carteira de Identidade, não serão submetidos à identificação criminal (digitais), salvo em hipóteses excepcionais em lei.

Foi aprovada também, por acordo de líderes e fusão de diversas emendas, a inviolabilidade de residência. O texto determina que ninguém poderá nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro. A inviolabilidade só poderá ser quebrada durante o dia por determinação judicial.

Foi restabelecido também pelos constituintes o texto do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização que estabelece que a lei assegurará a individualização das penas de privação de liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa, suspensão ou interdição de direitos. O plenário derrubou proposta do Centrão que transferia para a legislação ordinária questão da individualização da pena.

Ainda no capítulo dos Direitos e das Garantias Individuais, a Constituinte aprovou texto do Centrão que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, de acordo com o texto aprovado, que estabelece, finalmente, que ninguém será identificado criminalmente, salvo por autorização judicial.

Para a sessão de hoje (às 13h30) estão previstos vários temas polêmicos, como as circunstâncias que autorizam o Estado a efetuar prisões; o habeas-data, que garante a prestação, pelos órgãos públicos, de informações verdadeiras de interesse particular, coletivo ou geral; e o direito à propriedade da terra. Sobre essas matérias não houve nenhuma espécie de acordo entre o Centrão e as esquerdas.



Roberto: sim à pena de morte.



Covas com Medeiros: identificação.

APROVADO

Éis a íntegra dos parágrafos ao artigo 6º, aprovados ontem.

Parágrafo 8º — Ninguém será submetido a tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática de tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos, o terrorismo e a prática de racismo crimes inafiançáveis, insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Parágrafo 9º — É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir.

Parágrafo 10º — São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Parágrafo 11º — A casa é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Parágrafo 12º — É inviolável o sigilo da

correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, salvo, neste último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual.

Parágrafo 13º — Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Parágrafo 14º — Não haverá juízo ou tribunal de exceção. Ninguém será processado nem sentenciado se não pela autoridade competente, e tampouco privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Parágrafo 15º — Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Parágrafo 16º — São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Parágrafo 17º — Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Parágrafo 18º — Ninguém será identificado criminalmente, salvo por autorização judicial.

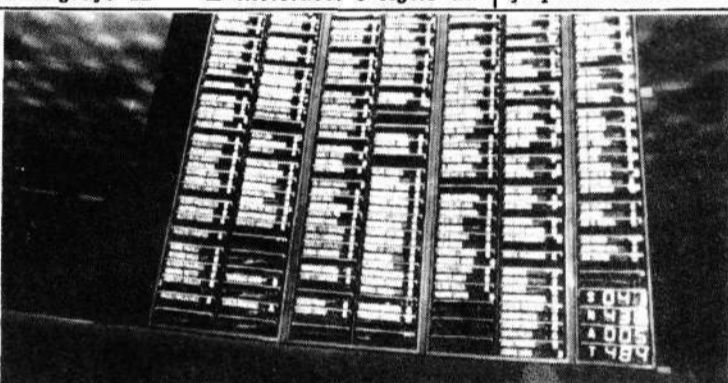
Parágrafo 19º — Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Parágrafo 20º — A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Parágrafo 21º — Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos da lei.

Parágrafo 22º — A lei assegurará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: I — privação da liberdade; II — perda de bens; III — multa; IV — prestação social alternativa; V — suspensão ou interdição de direitos.

Parágrafo 23º — Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento."



O painel, consertado na madrugada.

O painel toma jeito. E as votações ficam mais rápidas.

A votação de ontem na Assembleia Nacional Constituinte foi mais rápida, com a utilização do painel eletrônico, que teve todo seu sistema de computação substituído por um técnico da AEG vindo especialmente da Alemanha para reparar o equipamento que apresentou defeito na segunda-feira. O presidente Ulysses Guimarães garantiu que essas panes não deverão atrasar o processo de votação do texto constitucional em plenário, mas, se for necessário, ele convocará sessões extras aos finais de semana e mesmo pela manhã em dias normais de trabalho.

A sessão de ontem, marcada para as 14 horas, começou com 30 minutos de atraso. Mas Ulysses afirmou que "com a garantia dos técnicos acredito que não teremos mais dificuldades". Durante a sessão, ele explicava aos deputados e senadores que o teste feito pelo técnico alemão não demonstrou congestionamento de informações no computador, e que foram feitos três testes simulados na hora do almoço.

Ulysses Guimarães explicava também que cada parlamentar deveria pressionar a tecla com o dedo no botão do asterisco, para anular o voto.

Depois, ainda com detalhes, falava para apertarem os botões com seus números em código e o voto "sim", "não" e ou "abstenção". Tudo didaticamente. O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), é um dos constituintes que mais tem dificuldade em declarar seu voto no painel — quase não acerta uma.

Ulysses fez a votação simulada com a advertência: "Peço aos senhores constituintes para que colaborem com o painel!" e quando o painel eletrônico funcionou de maneira satisfatória, alguns deputados aplaudiram. As cores verde (voto "sim"), vermelha ("não") e laranja ("abstenção") apareceram no painel da direita e da esquerda do plenário, e o processo de votação foi acelerado quatro vezes mais. A partir da segunda-feira será o dobro disso, assegurou Ulysses.

O engenheiro eletrônico Erwin Hass, da AEG-Sistemas Industriais, chegou às 3h30 da manhã em Brasília. Alguns minutos depois estava na Câmara dos Deputados com a peça (um cartão eletrônico, ou software) que fez o painel voltar a funcionar e ainda acelerou o processo.

Tributos: os governadores, contra Sarney.

Os governadores dos três Estados da região Sul — Álvaro Dias, do Paraná, Pedro Ivo, de Santa Catarina, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul — reafirmaram ontem, em Florianópolis, a decisão de lutar pela aprovação do projeto de reforma tributária elaborado pela Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte.

A posição definida ontem, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (Codesul), serviu como resposta, embora indireta, ao presidente José Sarney, que no dia anterior havia criticado o projeto, afirmando que, se ele fosse aprovado, "só Jesus Cristo governaria o Brasil".

O assunto foi levantado na reunião pelo secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, que pediu aos governadores que se manifestassem oficialmente contrários à "campanha que o governo federal vem realizando contra essa reforma". O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, que presidia a reunião, preferiu fazer apenas um comentário sobre o assunto, lembrando que, na semana passada, 22 governadores, reunidos em Minas Gerais, "estabeleceram, de forma unânime, que iriam interceder junto aos constituintes para que a posição do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, fosse aprovada, inclusive com os destaques apresentados no sentido de melhorar a reforma".

Depois da reunião, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, foi incisivo.

Para ele, "o presidente está cometendo um equívoco". Simon disse que Sarney se queixa que a União vai perder recursos, sem lembrar, no entanto, que também deve perder algumas de suas atribuições. O governador gaúcho voltou a defender a reforma tributária como solução para vários dos problemas brasileiros, inclusive quando perguntado sobre as denúncias de pagamentos de comissões e favorecimentos para a liberação de recursos pela Secretaria do Planejamento (Seplan). "Se tivéssemos uma reforma tributária, os recursos passariam a pertencer diretamente aos municípios que os arrecadam, acabando com os repasses da Seplan", disse.

Se Simon afirmou que o presidente Sarney "está vendendo um lado da questão", o governador do Paraná, Álvaro Dias, concordou em parte com o presidente. Dias afirmou que realmente o País pode tornar-se "ingovernável" com a aprovação do projeto da Sistematização. Mas destacou que isso só acontecerá se o governo federal não executar, junto com a reforma tributária, uma reforma administrativa.

Segundo Dias, "o presidente partiu do princípio de que as estruturas de governo vão continuar intactas". Mas o governador paranaense lembrou que é o Poder Executivo quem tem de tomar a iniciativa de eliminar as muitas "estruturas paralelas" que existem no governo. Dias está distribuindo aos constituintes do Paraná uma cartilha explicando a posição do Estado nessa questão.

Ausentes, só 33 constituintes.

Embora ontem fosse um dia em que o plenário chegou a apresentar o maior número de constituintes presentes até agora — 526 —, existem parlamentares que sistematicamente não participam dos trabalhos. Das 33 ausências registradas, 16 delas são de deputados ou senadores que não compareceram pelo menos às três primeiras votações realizadas ontem, quando se discutiram temas importantes e polêmicos, como a classificação de crimes como terrorismo e tortura. Nas primeiras votações eletrônicas realizadas ontem

foi constatada a ausência de dois constituintes paulistas: Mendes Botelho do PTB e Felipe Chelde, do PMDB. Os ausentes foram: Antônio Ferreira (PFL-AL); Davi Alves Silva (PDS-MA); Francisco Diógenes (PDS-AC) Mário Bouchardet (PMDB-MG); Mattos Leão (PMDB-PR); Maurício Campos (PFL-MG); Messias Soares (PDT-RJ); Paulo Silva (PMDB-PJ); Almir Gabriel (PMDB-PA); João Lobo (PFL-PI); Lourival Batista (PFL-SE); Mauro Borges (PDC-GO); Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) e Roberto Campos (PDS-MT). Roberto Campos está na Europa e só volta ao Brasil depois do dia 20.

Este grupo deixa o Centrão. E os partidos, em dificuldades.

Depois de muitas ameaças, o grupo moderado do PMDB, o chamado centro democrático, anunciou ontem seu desligamento do Centrão. "Eles não falam a nossa linguagem", justificou o líder dos moderados, deputado Expedito Machado (PMDB-CE). Ao tomar conhecimento da decisão, o líder do PFL, deputado José Lourenço, que também é um dos coordenadores do Centrão, reagiu com ironia: "É uma decisão muito importante, principalmente pelo grande número de integrantes do grupo".

As atitudes de mudança dentro do PMDB estão provocando a preocupação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele pretende convencer os "históricos" do partido a adiar a reunião do Diretório Nacional, marcada para o próximo dia 24, com o argumento de que reuniões com caráter decisivo não devem ocorrer paralelamente aos trabalhos da Constituinte. Quanto à possibilidade de um grupo de peemedebistas deixar o partido para formar outro, Ulysses não desconhece — e

vem apelando a eles para que permaneçam até a promulgação da nova Carta. "Depois disso, abrem-se perspectivas e possibilidades para que se modifique o panorama político e partidário do País", advertiu ele. "Por isso, não há razões para que sejam tomadas decisões precoces".

PFL e PDS

O PFL também está prestes a renovar seus quadros. O presidente do partido, senador Marco Maciel, já disse que não é candidato à reeleição. "Temos mesmo que pensar em renovação", diz ele, negando contudo que tal decisão tenha qualquer ligação com o fato de defender a ida do PFL para a oposição contra a maioria esmagadora de seus parlamentares, que pretendem continuar dando sustentação do governo Sarney.

No PDS, a bancada federal vai decidir hoje, a partir das 10 horas, se manterá o deputado Amaral Netto como líder ou se a liderança ficará dividida entre ele e o de-

putado gaúcho Victor Faccioni. Não será uma decisão fácil. Amaral recolheu previamente o apoio de 25 dos 32 deputados para reconduzi-lo à liderança — e não aceita divisão.

Faccioni quer que a bancada se defina sobre a matéria — e insinua que Amaral Netto, depois de veementes ataques à pessoa do presidente Sarney, está fazendo o jogo do governo (acusação que o próprio Amaral lançou contra seu antecessor na liderança, e então deputado Prisco Viana, levando-o à renúncia). "Quero revisão da linha da bancada no sentido da reconstrução da imagem do PDS", diz Faccioni. "Estamos sem bandeira e sendo vistos como um partido identificado com o governo, quando fomos eleitos para fazer oposição — e a acumulação da liderança facilita essa confusão." Faccioni não vai desistir da luta com Amaral: "Se eu tiver apenas um voto, quero que ele seja semente de uma rebelião, que será bem mais forte, se vier de fora e nos pegar de surpresa".

Estabilidade: Centrão e sindicatos não se entendem.

Os líderes sindicais e partidários não chegaram ontem a um acordo em torno da proposta de estabilidade no emprego a ser incluída na Constituição. Ao contrário do Centrão e do Grupo dos 32, o Centrão não admite que a regulamentação da proteção contra a dispensa imotivada seja matéria para lei ordinária, como desejam os sindicalistas. Hoje, às 8 horas, outro encontro na Comissão de Finanças do Senado volta a reunir os grupos para a busca de um consenso.

Na reunião, que durou três horas e não contou com a presença de partidos da esquerda, duas vertentes foram defendidas. Conforme o líder do PMDB, Mário Covas, seu partido é a favor do texto do Cabral-1, que garante o emprego contra a demissão imotivada, mas transfere à lei ordinária as formas de punições. Até que a lei complementar seja preparada, o trabalhador é defendido através de texto constante nas disposições transitórias da Constituição, com a indenização compensatória, que pode ser de 20 a 50% do FGTS. A mesma proposta é defendida pelo Centrão, Grupo dos 32, sindicalistas.

Conforme o deputado José Lins (PFL/CE), o Centrão não admite que seja retirado do texto o princípio da indenização. "Não há possibilidade disso, embora nós possamos admitir a hipótese de que outras formas de punição a empresas que demitam sem justa causa sejam tratadas em lei ordinária", disse o representante do grupo. A indenização constante no texto, segundo ele, traz maior segurança na relação de emprego e em relação aos investimentos. "Mas a boa vontade é grande. Nunca o assunto foi tão discutido e acho que chegaremos a uma solução", acredita José Lins.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, garante, porém, que "os sindicalistas não querem trocar a estabilidade pela indenização". "Não queremos institucionalizar a dispensa e a indenização. Nós queremos que a garantia de emprego não seja confundida com a indenização", afirmou o sindicalista. Para o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Rogério Antônio Magri, as entidades devem concentrar suas forças na busca de entendimento com o Centrão.

Para o senador Albano Franco (PMDB/SE), um acordo poderá surgir na medida em que, segundo ele, o próprio Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, admitiu na reunião a inclusão da indenização no texto.

Representantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP), do PT, do PDT, do PC do B e do PCB divulgaram nota à imprensa na qual criticam a falta de conclusões na busca de entendimento entre o Centrão e demais grupos de constituintes quanto ao capítulo dos direitos sociais.

O presente do evangélico à CUT: um penico azul.

O folclore da Constituinte ficou mais rico ontem, na sessão da tarde, quando o deputado evangélico Jaime Paliarin (PTB-SP) ocupou a tribuna e tirou de um embrulho um penico azul, de plástico, com a sigla CUT pintada em vermelho e o colocou sobre a tribuna, num protesto, segundo ele, contra as críticas da entidade sindical, que o aponta como inimigo do povo e dos trabalhadores.

"A CUT tem defeitando pelos seus jornais e em praças públicas todo tipo de excremento, sujeiras, calúnias, mentiras", disse Paliarin, explicando que o penico era para que o presidente da CUT, Jair Meneguelli, e os sindicatos a ela filiados pudessem "defecar nos seus jornais em vez de fazê-lo contra homens honrados". A Mesa não censurou o evangélico e coube ao próximo orador, justamente Ovídio Dutra, presidente do PT, retirar o penico e colocá-lo no chão da tribuna.

Basta um compromisso de Sarney. E os micros não voltam à TV.

Foi adiada para hoje a votação do projeto de lei que regulamenta o acesso dos partidos políticos aos programas de rádio e de televisão, excluindo os micropartidos, sem representação. Ontem, a Câmara aprovou o pedido de urgência para a tramitação da matéria, que somente não foi votada porque os partidos de esquerda querem o compromisso do presidente José Sarney de que não vetará nenhum dos seus dispositivos, segundo informou o líder governista Carlos Sant'Ana, que ficou de consultá-lo.

Os pequenos partidos, porém, ameaçam pedir verificação de quórum caso não haja garantia de que o Senado manterá o acordo de lideranças feito na Câmara. Os partidos, principalmente os de esquerda, temem o veto à parte que define a transmissão dos programas a nível regional.

Esse temor chegou aos pequenos partidos através do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que considera muito baixo o índice de 1% exigido para que os partidos possam ter acesso aos programas regionais. Esse percentual é uma das três cláusulas para o acesso dos partidos aos programas gratuitos de rádio e televisão. As outras duas são a representação eleita nas Assembleias Legislativas ou 5% do eleitorado votante no partido.

Robertão: parcialidade, não.

Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Antônio Salim Curiati (PDS/SP) estão recolhendo assinaturas de constituintes para apresentação ainda hoje de um projeto de resolução que extinga os meios oficiais de comunicação da Assembleia Nacional Constituinte. O Diário e a Voz da Constituinte. Segundo eles, os programas são parciais.

"Os programas são parciais, usados para fazer política de esquerda e para nos atacar", explicou Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão.